

A Natureza do Espaço

MILTON



SANTOS

edusp

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Milton, 1926-2001

A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção /  
Milton Santos. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,  
2002. – (Coleção Milton Santos; 1)

Bibliografia

ISBN: 85-314-0713-3

1. Espaço e tempo 2. Geografia 3. Geografia – Filosofia  
4. Geografia humana I. Título. II. Série.

02-3478

CDD-910.01

Índices para catálogo sistemático:

1. Espaço e tempo : Geografia : Teoria 910.01  
2. Tempo e espaço : Geografia : Teoria 910.01

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374  
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária  
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil Fax (0xx11) 3091-4151  
Tel. (0xx11) 3091-4008 / 3091-4150  
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2002

Foi feito o depósito legal

## SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> – História de um Livro .....	13
<i>Introdução</i> .....	17

### *Primeira Parte*

#### UMA ONTOLOGIA DO ESPAÇO: NOÇÕES FUNDADORAS

I. AS TÉCNICAS, O TEMPO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO .....	29
Introdução.....	29
A Negligência com as Técnicas.....	29
A Técnica, Ela Própria, é um Meio.....	38
A Necessidade de um Enfoque Abrangente.....	42
As Técnicas e a Empiricização do Tempo .....	49
A Idade de um Lugar .....	56
2. O ESPAÇO: SISTEMAS DE OBJETOS, SISTEMAS DE AÇÃO .....	61
Introdução.....	61
Sistemas de Objetos.....	64
Um Objeto Geográfico?.....	72

a si mesmo em qualquer contexto sem alteração de sentido, pois cada símbolo apenas pode ter um sentido”.

Quando a sociedade, a cada movimento, é cindida, o símbolo se destaca, se solta, do movimento geral e continua o mesmo que era no momento anterior. O presente une as coisas, mas o momento seguinte as separa, o que permite distingui-las. Cada símbolo guarda a mesma identidade, não importa qual seja o contexto, mesmo numa situação de movimento e mudança. Em outras palavras, o movimento da sociedade, isto é, o movimento da totalidade (e do espaço) modifica a significação de todas as variáveis constitutivas, também a do símbolo, porque este não segue o movimento.

Por isso mesmo, a cada nova divisão do trabalho, a cada nova transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados, uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido.

## DA DIVERSIFICAÇÃO DA NATUREZA À DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

### INTRODUÇÃO

A categoria divisão do trabalho pode ser mais largamente explorada nos estudos geográficos. Trata-se de combiná-la, mais sistematicamente, às noções de totalidade e de tempo, associando a idéia de distribuição de recursos à própria noção de evento. A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial.

### DA DIVERSIFICAÇÃO DA NATUREZA À DIVISÃO DO TRABALHO

O mundo natural, mediante as trocas de energia entre os seus elementos, conhece um movimento perpétuo, pelo qual sua identidade se renova enquanto se modificam os seus aspectos. É o que Whitehead intitula *diversificação da natureza*, processo pelo qual se constituem entidades a que chama de elementos naturais, produtos cujas características derivam a cada movimento do respectivo modo de diversificação. A um modo de diversificação sucede um outro modo de

diversificação. É assim que a natureza faz-se outra, enquanto muda os seus aspectos e ela própria muda como um todo.

Kant já o havia assinalado, em sua *Cosmologia*, quando diz que “a criação jamais termina, jamais se completa. Uma vez iniciada, não pára. Está sempre ocupada, produzindo novos objetos, novos cenários, novos Mundos. O trabalho a que preside corresponde ao tempo que sobre ela se estende”. É nesse mesmo sentido que o mesmo Kant afirma ser a História progresso infindo.

Para Whitehead (1919), “as mudanças de um objeto resultam das suas diversas relações com eventos diversos” (pp. 62-63), e, “sem os objetos, a comparação de um evento com outro seria intrinsecamente impossível”. A tese de Whitehead supõe, desse modo, a reunião indissociável de objetos e eventos. É o seu processo de interação, num mesmo movimento, que cria e recria o espaço e o tempo. Para ele, “os objetos somente estão no espaço e no tempo por causa de suas relações com os eventos” (p. 63) já que, existindo por si só, o objeto é sem tempo e sem espaço (p. 63).

Segundo Collingwood (1946, p. 166), a teoria de Whitehead vê “a natureza como consistindo de padrões móveis, cujo movimento é essencial à sua existência”. Esses padrões são analisados através do que Whitehead chama de “eventos ou ocasiões”. Esses eventos e ocasiões coincidiriam com o que Alexander intitula ponto-instantes. E tanto Whitehead quanto Alexander, na opinião de Collingwood, admitem que, nas coisas complexas, são idênticas a essência e a estrutura (ou padrão, como prefere Alexander)<sup>1</sup>. Os diversos momentos da diversificação da natureza criam padrões específicos, que a definem.

1. “Sua teoria da natureza assemelha-se muito à de Alexander. Para ele a natureza consiste em padrões móveis cujo movimento é essencial ao seu ser, e estes são analisados no que ele chama de eventos ou ocasiões, que correspondem aos pontos-instantes de Alexander. Mas, ao contrário de alguns que adotaram o seu método analítico, ele se recusa a acreditar que o ser ou essência real de uma coisa complexa seja descoberto pela análise dos eventos de que ele se compõe. A análise de fato revela os componentes, porém lhes desintegra a estrutura; e Whitehead partilha a visão de Alexander segundo a qual a essência de uma coisa complexa é idêntica à sua estrutura ou ao que Alexander chama de seu ‘padrão’” (Collingwood, 1946, p. 166).

Ao papel que, no mundo natural, é representado pela diversificação da natureza, propomos comparar o papel que, no mundo histórico, é representado pela divisão do trabalho. Esta, movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Assim, o mundo humano se renova e diversifica, isto é, reencontra a sua identidade e a sua unidade enquanto os seus aspectos se tornam outros. Nessa versão geográfica, as expressões “entidades” e “elementos naturais” da tese de Whitehead devem ser lidas como “lugares” em nossa versão disciplinar.

Quando a natureza ainda era inteiramente natural, teríamos, a rigor, uma diversificação da natureza em estado puro. O movimento das partes, causa e conseqüência de suas metamorfoses, deriva de um processo devido unicamente às energias naturais desencadeadas.

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ela atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Num primeiro momento, ainda não dotado de próteses que aumentem seu poder transformador e sua mobilidade, o homem é criador, mas subordinado. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção e a autonomia relativa do homem, ao mesmo tempo em que se vai ampliando a parte da “diversificação da natureza” socialmente construída.

As economias mundo de que fala Braudel marcam uma etapa importante nesse processo, já que as mudanças afetam cada vez mais lugares e não têm origem unicamente local. Com a marcha do capitalismo, amplia-se a tendência a que, sobre a diversificação da natureza, operada pelas forças naturais, se realize uma outra diversificação, também à escala global, mediante forças sociais. Primeiro, o “social” ficava nos interstícios; hoje é o “natural” que se aloja ou se refugia nos interstícios do social.

Com a indústria, esta tendência se acentua ainda mais, graças às técnicas que o homem passa a dispor, já que estas interferem em todas as fases do processo de produção, através das novas formas de energia comandadas pelo homem. Hoje, o motor da divisão do trabalho, tornada claramente internacional, é a informação.

A diversificação da natureza é processo e resultado. A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Sem dúvida, as duas situações se aparentam, embora mude a energia que as move. Por outro lado, a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo.

#### DIVISÃO DO TRABALHO E REPARTIÇÃO DOS RECURSOS

A divisão do trabalho pode, também, ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente.

Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade. Entendemos, aqui, por recurso, a toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra totalidade.

Também os recursos de um país formam uma totalidade. As diversas disciplinas buscam enumerá-los, segundo suas próprias classificações mais ou menos específicas, mais ou menos detalhadas e, até certo ponto, mais ou menos enganosas. Mas, de fato, nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto, seja ele um estoque de produtos, de população, de emprego ou de inovações, ou uma soma de dinheiro. O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm pelo fato de participar de um lugar. Fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações. A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo

valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades.

Tal distribuição de atividades, isto é, tal distribuição da totalidade de recursos, resulta da divisão do trabalho. Esta é o valor que permite à totalidade dos recursos (mundial ou nacional) funcionalizar-se e objetivar-se. Isso se dá em lugares. O espaço como um todo reúne todas essas formas locais de funcionalização e objetivação da totalidade.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis.

Vejamos o exemplo do dinheiro. Sabemos todos que a finança é um grande denominador comum, num mundo em que os bancos, tornados globais, incorporam e unificam a mais-valia, a partir de suas mais diversas manifestações, e independentemente do seu nível. Todos os tipos de lucro e de perdas são processados pelo sistema financeiro. Cabe-lhe recolher, qualificar e classificar tudo o que é financeiro, segundo sua própria interpretação da lei do valor e, afinal, através de reinversões, realocar o produto ao seu talante. Pela sua ação, os bancos são, hoje, um importante fator geográfico, graças à sua intervenção sobre a divisão do trabalho.

Mas os instrumentos financeiros, tornados bem mais numerosos, não são os mesmos segundo os lugares. Chamemos dinheiro a todos esses instrumentos, somente para simplificar nosso discurso. Pois o dinheiro aparece, nos diversos lugares, segundo diversas modalidades e tipos. A moeda nacional é a forma mais simples, mais banal, mais

generalizada. É a forma por excelência ubíqua de dinheiro. Raro é hoje o lugar, em todo o mundo, onde não há circulação de dinheiro em sua forma-moeda nacional. Mas o dinheiro pode, também, circular com outras formas, como meda estrangeira, cheque, cartão de crédito local, nacional, internacional, duplicatas, notas promissórias, bônus, ações, obrigações, debêntures, *warrants*, aplicações, fundos, *open e over*, certificados e tantos outros produtos. Aliás, umas das formas superiores de inteligência financeira é, atualmente, a capacidade de inventar novos produtos.

Em contrapartida a essa multiplicidade de formas, estão a discrição e a seletividade de sua repartição geográfica. Os lugares também se distinguem em razão dos tipos de dinheiro susceptíveis de nele conviver. Não é em toda parte que podemos encontrar todos os dinheiros, cada lugar se caracterizando por uma determinada combinação, mais ou menos numerosa e rica, que é o fundamento de uma verdadeira hierarquia financeira entre lugares. Estatísticas mesmo simples permitem desenhar o respectivo mapa e reconhecer sobre o território áreas de densidade e áreas rarefeitas, quanto à circulação financeira<sup>2</sup>.

Por isso, também, as formas de dinheiro que “correm” nesses lugares, “correm”, na verdade, todas as noites para as metrópoles, onde são tratadas e metamorfoseadas. Esse dreno para o centro se dá segundo um modelo hierárquico, correspondente à pujança específica dos centros-relé. Estes são servidos por redes de computadores hierarquicamente localizados ao longo do sistema, que é ao mesmo tempo uma cadeia de captação e de distribuição. São as informações instantaneamente recolhidas nos centros de inteligência bancária que, cada dia, permitem tomar as decisões financeiras, até mesmo as de realocação seletiva dos dinheiros.

Tal situação, para a quase totalidade dos atores sociais, constitui um limite a mais à sua capacidade de agir financeiramente, pois o sim-

2. No caso do Brasil, somente São Paulo dispõe da totalidade dos instrumentos financeiros nacionalmente disponíveis. São Paulo recebe, de todo o país, todas as modalidades de dinheiro e as reenvia às outras áreas segundo as denominações que convêm aos seus bancos. Mas nem todos os lugares podem transacionar todas essas modalidades.

ples acesso físico a este ou àquele instrumento financeiro em boa parte depende do lugar em que se encontram. Em cada país, um só ou uns poucos lugares permitem a utilização de todas as formas financeiras possíveis. Aliás, os próprios países se distinguem entre eles pela respectiva tipologia de instrumentos financeiros. Esse raciocínio, aliás, é válido para os outros dados da vida econômica e social, pois todos são sujeitos à divisão territorial do trabalho. Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.

A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos. Devemos levá-los em conta para empreender uma análise do fenômeno que seja válida. Entre esses conflitos, alguns são mais relevantes. O primeiro é a disputa entre o Estado e o Mercado. Mas não nos podemos referir a essas duas entidades como se fossem um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. E as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. As modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-la à sua imagem.

#### OS TEMPOS DA DIVISÃO DO TRABALHO

Pode-se falar em tempos da divisão do trabalho?

Um estudo da divisão do trabalho sob o enfoque do tempo, comporta, pelo menos, duas entradas, duas acepções. Uma delas analisaria as divisões do trabalho sucessivas, ao longo do tempo histórico uma cadeia das transformações ocorridas, suas causas e conseqüências, os períodos assim estabelecidos e a sua duração, os lugares de sua incidência. A outra entrada levaria a reconhecer as divisões do trabalho sobrepostas, num mesmo momento histórico. Este último enfoque é mais propriamente geográfico, obrigando ao casamento objetivo de noções freqüentemente tão vagas como as de tempo e de espaço.

Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho. Comentemos duas situações. Lembremo-nos, em primeiro lugar, de que a cada novo momento histórico muda a divisão do trabalho. É uma lei geral. Em cada lugar, em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, essa combinação específica de temporalidades, diversas. Em outra situação, consideremos, apenas, para fins analíticos, que, dentro do todo, em uma dada situação, cada agente promove sua própria divisão do trabalho. Num dado lugar, o trabalho é a somatória e a síntese desses trabalhos individuais a serem identificados de modo singular em cada momento histórico.

É neste último sentido que podemos dizer que cada divisão do trabalho *cria um tempo* seu próprio, diferente do tempo anterior. Isso, também, é muito geral, pois esse “tempo” acaba por ser abstrato, apenas ganhando concretude com a sua interpretação, na vida ativa, pelos diversos agentes sociais. É assim que, a partir de cada agente, de cada classe ou grupo social, se estabelecem as *temporalidades* (interpretações, isto é, formas particulares de utilização daquele tempo geral, “temporalizações práticas” no dizer de J.-P. Sartre) que são a matriz das espacialidades vividas em cada lugar.

O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de Modo de Produção. Aqueles elementos definidores do modo de produção seriam a medida geral do tempo, à qual se referem, para serem contabilizados, os tempos relativos aos elementos mais “atrasados”, heranças de modos de produção anteriores. Visto em sua particularidade – isto é, objetivado – e, portanto, com a sua cara geográfica, o tempo, ou melhor, as temporalidades, conduzem à noção de formação socioespacial (Santos, 1977). Nesta, os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta.

As manifestações temporais e espaciais dessas divisões do trabalho

sucessivas são tanto mais eficazes e visíveis quanto mais o tempo se divide. Ou, do ponto de vista da análise, quanto mais o tempo possa ser historicamente dividido em períodos e subperíodos pelo observador interessado. Agora, quando a história conhece uma formidável aceleração e, com o computador, a medida e a divisão do tempo se tornam mais possíveis<sup>3</sup>, as conseqüências do ponto de vista da elaboração científica são palpáveis. Ficamos em medida de periodizar, mais acuradamente, os fenômenos, isto é, de efetuar mais divisões competentes do tempo e de melhor reconhecer as etapas e o sentido do acontecer histórico e do acontecer geográfico. A definição dos fenômenos fica mais fácil. Assim, nossa análise pode tornar-se mais fina e mais complexa, e, portanto, mais rica.

O computador e as demais conquistas da técnica são instrumentos essenciais para esse resultado, mas os períodos não são um fruto desse tempo homogêneo das máquinas, mas do tempo vivido das sociedades (mundial, nacional, local) que é dado pelas respectivas divisões do trabalho.

É certo que estas últimas podem ser objeto de uma análise mais detalhada e precisa, a partir da apreciação dos conteúdos desses tempos abstratos dos relógios, hoje mais detalhistas e precisos. Mas, se essas partições fornecidas pela técnica condicionam o exercício de numerosas atividades particulares, isso não afeta a totalidade das atividades e muito menos da vida. Na interpretação das divisões do trabalho, sobretudo ao nível de um país – e, ainda melhor, de um lugar – devemos levar em conta os fatores não-técnicos e não-técnico-econômicos, cujo papel é crescentemente importante na produção dos comportamentos.

O Tempo do Mundo é o das empresas multinacionais e o das instituições supranacionais. O Tempo dos Estados-Nações é o tempo dos Estados nacionais e das grandes firmas nacionais: são os únicos a poder utilizar plenamente o território nacional com suas ações e os seus veto-

3. Enquanto A. Siegfried (1955, p. 160) dizia, dez anos após o fim da Segunda guerra mundial, que “nossa geração conta em minutos”, quinze anos depois E. B. Parker (1970, p. 99) lembrava que “a escala do tempo dentro do computador se mede em termos de milissegundos”.

res. Entre esses dois, haveria um tempo regional – o das organizações regionais supranacionais – e mercados comum regionais, e, também, das culturas continentais ou subcontinentais. A escala logo abaixo do Estado-Nação é a dos subespaços nacionais, regiões e lugares, cujo tempo é o das empresas médias e pequenas e dos governos provinciais e locais. Mas qual a escala menor dos lugares, que lugar mereceria ser chamado o lugar mais pequeno?

Resta-nos consagrar mais alguns parágrafos à questão anteriormente levantada da sobreposição, em um mesmo ponto do tempo, de diversas divisões do trabalho. Isso equivale a discutir a presença, em um dado subespaço, de diversas escalas de tempo simultâneas.

Todos os lugares existem em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante, embora nem todos os lugares sejam, obrigatoriamente, atingidos por ele. Ao contrário, os lugares se diferenciam, seja qual for o período histórico, pelo fato de que são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja qualitativamente, por esses tempos do mundo. O tempo do mundo seria o tempo mais externo, abrangente de todos os espaços, independentemente de escala. Haveria, nessa hierarquia e nessa ordem, tempos do Estado-Nação e tempos dos lugares.

Há, aqui, dois problemas. Pode-se, em primeiro lugar, falar também de tempos supranacionais embora não mundiais, tempos continentais? Haveria um “tempo europeu”, um “tempo africano” ou “sul-americano”, um tempo dos mercados comuns regionais ou sub-regionais? Essa discussão merece ser feita, mas desde logo sabemos que apenas alguns vetores não-globais têm eficácia supranacional. O segundo problema vem do fato de que a palavra *lugar* é, como outras do vocabulário geográfico, prenhe de ambigüidades, já que a região é, também, um lugar e a própria expressão *região* serve para designar extensões diferentes. Sabemos *a priori* que a dimensão geográfica do tempo mais externo é o mundo, mas não sabemos qual a extensão do tempo mais interno. Ainda que um método laboriosamente estabelecido pudesse permitir, *a posteriori*, reconhecer esse tempo interno mais pequeno, tal constatação não seria absoluta.

Não importa. O que é fundamental, aqui, não é propriamente o manejo de instrumentos de medida, mas o reconhecimento de que a cada lugar é teatro de tempos “externos” múltiplos. Na verdade, a partir do tempo mundial, que é o tempo extenso absoluto, os outros tempos aparecem como tempos internos. O tempo do Estado-Nação é interno em relação ao tempo mundial e externo em relação ao tempo das regiões e ao tempo dos lugares. E a partir do mais mínimo tempo interno – o lugar ou o ponto – todos os demais lhe são externos.

#### RUGOSIDADES DO ESPAÇO E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A divisão social do trabalho é freqüentemente considerada como a repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. Essas duas formas de considerar a divisão do trabalho são complementares e interdependentes. Esse enfoque, todavia, não é suficiente, se não levarmos em conta que, além da divisão do trabalho vivo, há uma divisão territorial do trabalho morto. A ação humana tanto depende do trabalho vivo como do trabalho morto. O trabalho morto, na forma de meio ambiente construído (*built environment*) tem um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. Aliás, as feições naturais do território, cuja influência era determinante no início da história, têm, ainda hoje, influência sobre a maneira como se dá a divisão do trabalho. Formas naturais e formas artificiais são virtualidades, a utilizar ou não, mas cuja presença no processo de trabalho é importante (condicionada por sua própria estrutura interna). Marx (*Capital*, livro II, cap. VIII, I, pp. 165-166) já havia chamado a atenção, no que toca à economia das nações. Falta realçar o seu papel na explicação geográfica.

A relevância dos fatores naturais tem sido tradicionalmente objeto de atenção e as diversas propostas de explicação dessa influência alimentaram, durante este século, um vivo debate interno na geografia humana. Mas a questão do meio ambiente construído, tornada recentemente uma moda, está ainda muito longe de se esgotar e muito

terá a ganhar se levarmos em conta o papel das formas no processo social.

Simmel, assim como Durkheim, havia proposto essa consideração desde fins do século XIX. A noção de *prático-inerte* introduzida por Sartre é igualmente fundamental. O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada mas também a densidade ou a distribuição da população, participam dessa categoria de *prático-inerte*, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas.

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas.

O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de “escravidão das circunstâncias anteriores” de que falava John Stuart Mill. É nesse sentido que falamos da *inércia dinâmica* do espaço (Santos, 1985).

As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus

padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados.

O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Desse modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.